



EXPEDIENTE:



O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) foi criado em 1990, no contexto do início do ciclo de conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável. Atualmente abriga centenas de entidades, entre ONGs e movimentos sociais, na articulação e formulação de modelos alternativos a serem incorporados nas políticas públicas para um Brasil sustentável.

NESTA EDIÇÃO :

Pág. 1: **Apresentação**

Pág. 2: **Marco Regulatório das OSC's
Vitória em 4 dos 5 pontos da
plataforma**

Pág. 3: **Carta Aberta do XXI encontro
do FBOMS**

Pág. 4: **Impactos Socioambientais da
Copa: Reassentamentos e
Água**

Pág. 5: **Copa de violações**

Pág. 6: **COPA SOTERRA IGARAPÉ EM
MANAUS**

Pág. 7: **SEGURANÇA ALIMENTAR, MEIO
AMBIENTE E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

Pág. 8: **A Luta pela Democracia
Participativa nas Cidades - O
exemplo de Recife Pós Copa -
desafios para um novo País**

Pág. 9: **Pós Copa - desafios para
um novo País**

Pág. 10: **Por uma abordagem crítica
da Copa 2014**

Pág. 11: **Destaque do próximo Boletim
Fórum Social Temático**

APRESENTAÇÃO

No âmbito do Projeto de Levantamento dos Impactos advindos da Copa do Mundo de 2014, com o apoio do CASA – Fundo Socioambiental CASA – ao FBOMS, foi possível adentrar neste importante debate que ora se explicita no Brasil.

Durante o XXI Encontro Nacional do FBOMS, em sua Carta Final, há menção clara e explícita da dificuldade encontrada pelos movimentos sociais e suas organizações com relação ao respeito à democracia e seus princípios e a ação imposta e assumida de atropelar processos e dinâmicas sociais para este megaevento!

Vários exemplos podem ser citados aqui. O caso de Fortaleza que acabou por equacionar a remoção de mais de 400 famílias para apenas 40 a partir de colóquios que se estabeleceram com a comunidade, evitando não apenas as remoções, mas também obras de viadutos absolutamente desnecessárias e obsoletas que eram encampadas pelas empreiteiras e interesses escusos!

As manifestações contrárias à Copa e a forte pressão imposta pelo Governo, via suas instituições de polícia e repressão, trazem a discussão da volta do estado antidemocrático e repressor que tanto se desejou afastar nos idos da ditadura!

As diferentes visões nas mais distintas regiões deste vasto Brasil, conforme se pode ver nos artigos aqui publicados, demonstram, por si só, a enorme distância entre uma proposta unanimemente acolhida em 2009 de sediar a Copa no Brasil e a dura realidade vivenciada com a efetivação destas obras!

Ampliamos a discussão ao tratar da segurança alimentar planetária e sua relação com o cotidiano e a segurança ambiental e trazemos ainda uma reflexão sobre o movimento #Ocupe Estelita em Pernambuco.

No fechamento desta edição, a grande e tão esperada notícia sobre o Marco Regulatório e a luta encampada pela Plataforma da Sociedade Civil onde o FBOMS está engajado e atuante! Ótima notícia e muito trabalho pela frente!

Desejamos uma ótima leitura a tod@s!

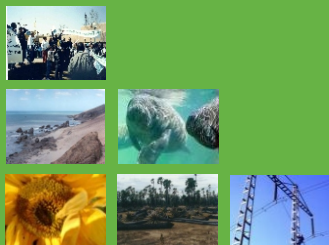
Silvia Alcântara Picchioni
Secretaria Executiva Colegiada do FBOMS
Pela Fundação Grupo Esquel Brasil

Pela Fundação Grupo Esquel Brasil



XXI Encontro do FBOMS

**Torcida do FBOMS pelo
MARCO REGULATÓRIO**
Foto: Itanor Júnior



VITÓRIA EM 4 DOS 5 PONTOS DA PLATAFORMA!!!!

Silvio Rocha Sant'Ana
Fundação Grupo Esquel Brasil
Coordenação Nacional FBOMS

Com alegria assistimos ontem, no Plenário da Câmara dos Deputados, a aprovação do PL sobre contratualização. Estávamos (OSCs) em número reduzido (ABONG, FBOMS, Fora do Eixo, RENAS, Esquel - complementem!), mas cientes que carregávamos a presença e as esperanças de todos que tanto se dedicaram a este assunto!

Pela cabeça me passaram lembranças de esforços desde 1999 (com o Termo de Parceria). Isto para um tema que não deveria sequer ter contraditórios... Desde as promessas de Lula em 2003, ou Dilma em 2010, este foi o primeiro **avanço real diretamente obtido pela Plataforma!**

A nova Lei é ainda muito burocratizada, mas o fim do convênio é algo a ser celebrado. A clareza nas regras também.

O reconhecimento estatal e governamental da autonomia e do mérito das iniciativas das OSCs são elementos que agora estão consagrados em Lei! Não só em princípios ou em nossas próprias afirmações.

Como Plataforma, ganhamos nestes últimos dias, duas importantes batalhas:

- o Decreto sobre a Política Nacional de Participação Social (que está ameaçado por forças conservadoras e reacionárias do Congresso); Este responde, pelo menos parcialmente, às 3 primeiras reivindicações da nossa Plataforma relativos ao fortalecimento de instâncias participativas e da democracia participativa;
- a aprovação da Lei sobre contratualização (votada

ontem) que também atende parcialmente ao 4º ponto da nossa Plataforma que trata de mecanismos idôneos de acesso a recursos públicos.

Estes ganhos devem ainda ser “confirmados” e garantidos por um esforço nosso (e de setores do governo) na regulamentação de ambos os textos legais. E não serão tarefas simples.

Nossa luta continua também para atender ao 5º e último ponto da nossa Plataforma: a melhoria das condições e mecanismos de financiamento das OSCs, da redução da carga tributária e dos incentivos fiscais para doações à OSCs. Em resumo, a **sustentabilidade** das OSCs.

Esta será, sem dúvida, uma batalha das mais difíceis. Desde já estamos todos convocados!!!

Avaliando rapidamente este caminho podemos afirmar, sem nenhuma dúvida, que foi o envolvimento de tod@s signatári@s (instituições e pessoas) que tornaram possível estes avanços. Processos de mobilização em Brasília, mas principalmente nos estados, foram fundamentais nesta direção. Devemos também agradecer o trabalho desenvolvido pela Secretaria Geral da Presidência da República, capitaneado pelo Min. Gilberto Carvalho.

Viva a Plataforma! Viva o trabalho que vem pela frente!

Destaque

Este é o primeiro “Resistência do FBOMS” após o XXI Encontro Nacional do FBOMS de 19 a 20 de maio de 2014. Destaca-se a nova Coordenação Nacional do FBOMS eleita e que agora está com a seguinte composição:

1. Articulação de Coletivo Jovem | 2. Associação Alternativa Terrazul | 3. ASPOAN – Associação Potiguar Amigos da Natureza | 4. Bio-Bras | 5. Ecos Brasil | 6. Fundação Grupo Esquel Brasil | 7. Grupo Geema | 8. Instituto Biorregional do Cerrado - IBC | 9. Instituto Henfil | 10. Rede GT | 11. Rede Mata Atlântica – “ad referendum” aguardando posição da Coordenação da RMA.

Realização:



Expediente: O “Resistência FBOMS” é um boletim esporádico do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento que foi criado em 1990, no contexto do início do ciclo de conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre desenvolvimento sustentável em 1992. Atualmente abriga centenas de entidades, entre ONGs ambientalistas, sindicatos e movimentos sociais, na articulação e formulação de modelos alternativo a serem incorporados nas políticas públicas para um Brasil ambientalmente sustentável e socialmente justo.

Coordenação Nacional: Articulação de Coletivo Jovem, Associação Alternativa Terrazul, ASPOAN, Bio-Bras, Ecos Brasil, Fundação Grupo Esquel Brasil - FGEB, Grupo Geema, IBC, Instituto Henfil, Rede GTA e Rede Mata Atlântica
Realização: FBOMS

Secretaria Executiva Colegiada composta por: Sílvia Alcântara Picchioni da FGEB – Esquel (silvia.a.p@esquel.org.br), Francisco Iglesias (xisblu@yahoo.com.br) da ASPOAN e Thomas Enlazador (ecopedagogia@gmail.com) do IBC

Diagramação: Nathany Paola da Silva. **Colaboração/diagramação:** Paulo Roberto de Oliveira

Escritório: Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco I, Edifício Central, 13º andar - sala 1302 - CEP 70034 - 900 - Brasília – DF, telefone 61 3322 2062 ou fax 61 3322 1063

*O FBOMS não possui nenhuma responsabilidade pelas informações existentes neste informativo. As informações são de responsabilidade e conforme autoria dos textos.

CARTA ABERTA DO XXI ENCONTRO DO FBOMS

Brasília 20 de maio de 2014

O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS, reunido nos dias 19 e 20 de maio de 2014, em Brasília, vem a público alertar a população e o governo para o aprofundamento da crise socioambiental por que passa o País. Este panorama já foi destacado em junho de 2012, durante a Cúpula dos Povos e Rio + 20, no documento “Brasil na contramão do desenvolvimento sustentável: o desmonte da agenda socioambiental”.

Hoje, vemos a retomada agressiva de um ambiente de negócios corporativos, associado a megaeventos da Copa, agravando, por exemplo, os impactos já gerados pela implantação de megainfraestrutura de exportação de matérias primas (minérios e grãos), interconectada a políticas de incentivo ao consumo crescente e de forma insustentável. Para completar o quadro, a legislação socioambiental vem sendo destruída para maximizar a lucratividade de grandes setores que não veem limites aos seus negócios. O modelo de crescimento econômico, mesmo que tenha apresentado alguns resultados na redução da desigualdade social no Brasil, foi realizado com base na expansão de atividades reconhecidamente incompatíveis com a necessária atenção ao papel estratégico de nossa sociobiodiversidade e do patrimônio natural brasileiro para a melhoria da qualidade de vida da sua população.

Os relatos dos representantes de entidades e movimentos de todas as partes do Brasil dão conta de um cenário de destruição, decorrente do prosseguimento das grandes obras de infraestrutura, concentradoras e de alto impacto socioambiental, que vem comprometendo ainda mais o que resta dos biomas brasileiros e de seus serviços ambientais. Uma infraestrutura que, além de retomar as poluentes usinas térmicas a carvão mineral, incrementa megahidrelétricas em rios localizados nas Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade (Port. N. 9, MMA, 2007), e que também atingem os territórios de povos Indígenas e outras populações tradicionais, sem o devido processo de consulta livre, prévia e informada.

No campo, constata-se ainda a expansão da fronteira agrícola, via monoculturas químico-dependentes, sob a batuta daqueles que patrocinaram os retrocessos no Código Florestal. Da mesma forma os grandes projetos de mineração, sob a sombra de um novo Código Minerário, ameaçam populações tradicionais, em vulnerabilidade crescente. De outra parte, a PEC 215 que engessa a delimitação de terras indígenas e quilombolas é colocada na mesa por políticos do agronegócio e da mineração, muitos deles financiados, nas últimas campanhas eleitorais, por empresas que vêm degradando a natureza e se beneficiam de tudo isso.

Na cidade, a qualidade de vida está agravada pela especulação imobiliária desenfreada, associada ao grave problema da moradia, pela falta de mobilidade, escassez de água potável e por uma carga de poluentes de todos os tipos, gerada por atividades que não têm controle por parte dos órgãos ambientais. A expansão da atividade industrial ocorre sem a observância dos compromissos e dos programas voltados a evitar e mitigar os riscos associados ao uso, produção e comercialização de produtos e substâncias químicas perigosas e persistentes.

Percebe-se que nos 24 anos de criação do FBOMS o contexto socioambiental nunca foi tão crítico. Esta situação não é exclusividade brasileira. No mundo inteiro, as políticas governamentais, ligadas à economia hegemônica em âmbito global, após a crise financeira de 2008, retomam o papel do Estado como indutor do velho paradigma e das falsas saídas baseadas no crescimento econômico e nos mercados mundializados. Isto se dá com enormes custos e ataques às políticas sociais, ao meio ambiente e, em especial, às populações tradicionais.

Do ponto de vista da democracia, o modelo de representação político-partidária, que não mais responde às expectativas da população, está em colapso e exige uma profunda reforma política, sob controle da sociedade. Lutamos por um processo que rompa definitivamente com os financiamentos privados de campanha, que são, hoje, amparados por grandes setores econômicos internacionais e nacionais, que mais degradam a Natureza e os direitos sociais. Lutamos por um processo de participação inclusivo e permanente, que construa um projeto nacional de ecossobrerania e sustentabilidade socioambiental.

Apelamos a sociedade brasileira no sentido de reafirmar a vocação do Brasil, um país megadiverso, denunciando as tentativas de retrocesso, apoiando e fortalecendo os movimentos sociais e entidades socioambientalistas, que têm um papel fundamental no processo de avanço necessário nas políticas públicas para as presentes e futuras gerações.



IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA COPA: REASSENTAMENTOS E ÁGUA!

Por *Silvio Sant'Ana*

*Diretor Presidente da Fundação Grupo Esquel Brasil
Coordenação Nacional do FBOMS*

(Extraído do Relatório do Projeto de Levantamento dos Impactos da Copa)

Reassentamentos

Regras ou diretrizes “civilizadas” em relação a qualquer tipo de Investimento recomendam que seja evitada a retirada de pessoas dos seus locais de moradia. Ou seja, a solução técnica deve estar subordinada a manutenção e melhoria da qualidade de vida das pessoas no local onde elas residem. O reassentamento deveria ser então exceção. Se ele for inevitável, a população (a ser involuntariamente deslocada) deverá ser reassentada em condições iguais ou preferencialmente melhores que as anteriores.

Este posicionamento não é um sonho utópico ou uma elaboração de movimentos sociais “revoltosos”. Estão definidos nos chamados “Princípios Equador” (que orientam investimentos de Bancos privados) e nas regras de investimentos de organismos financeiros multilaterais (governamentais) tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Tais regras, além de critérios de justiça e de mecanismos decentes de compensação, incluem mecanismos de participação e consulta com a população afetada.

Dossiê de 2012¹, sobre os “Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil”, fruto de denúncias dos Comitês Populares da Copa, sinalizava que cerca de 170 mil pessoas poderiam ser removidas compulsoriamente de suas casas em todo o Brasil por causa de obras ligadas à Copa e às Olimpíadas. Indicativos mais recentes sugerem 200.000 pessoas (50 a 55.000 famílias) em todas as cidades sede da copa.

Parte desta população está sendo (ou seria) afetada por obras e investimentos de outros programas (dos governos federal, estaduais e municipais) “debitados” à realização da Copa ou complementares aos investimentos estritos da Copa. Este fato faz com que a avaliação do impacto socioambiental se torne muito mais complexa.

Além disto, ainda não há números finais (consolidados) a este respeito, mas muito provavelmente o número de afetados diretamente é bem menor, principalmente em razão da luta dos movimentos sociais. De qualquer forma, os números serão significativos e incluem milhares de famílias em todo o País. Milhares de depoimentos, denúncias mostram que os processos foram conduzidos de forma autoritária, arbitrária e em absoluta contradição com os mínimos princípios que devem presidir este

tipo de ação.

Uma avaliação sumária (e insuspeita) deste processo foi realizada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República² no segundo semestre de 2013. Representantes da Secretaria viajaram por várias capitais (sedes da Copa) e dialogaram tanto com as famílias e lideranças afetadas quanto com os responsáveis de órgãos públicos (de todas as esferas da federação).

Ao final, o grupo identificou os seguintes problemas comuns:

- Dificuldade no acesso à informação por parte da população afetada;
- Não participação da definição de obras e do reassentamento involuntário;
- Inexistência de instâncias de interlocução e de mediação de conflitos fundiários;
- Desqualificação da posse (como direito) privilegiando indenização;
- Utilização em larga escala e inadequada de atendimento habitacional provisório - bolsa aluguel;

A variação observada se deu na virulência (na truculência ou violência) da execução.

Nenhuma destas constatações é nova nem exclusiva. São posições tradicionais assumidas e implantadas secularmente pelos aparelhos de estado quando lidando com a cidadania principalmente no tratamento dos grupos em situação de pobreza ou vulnerabilidade.

Nenhum destes problemas é de difícil (ou custosa) superação. A existência (e permanência) dos mesmos é resultado de uma cultura política (e burocrática) autoritária e antidemocrática.

Tampouco resulta de eventual “racionalidade técnica”, ou “economicidade” ou de “custos financeiros” ou de “urgências”. É uma racionalidade seletiva (contra os grupos sociais pauperizados) e francamente favorável aos segmentos (minoritários) mais abastados e politicamente hegemônicos da sociedade.

Ora, a reação contra os abusos e o autoritarismo é, além de natural, um direito. E seu exercício produz impacto políticos e

¹Ver: <http://observatoriodefavelas.org.br/noticias-analises/os-sem-direitos/>

²Ver: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cddph/relatorios/relatorio-g.t-moradia-adequada>

econômicos palpáveis. Em múltiplas ocasiões – inclusive neste caso da Copa - foi observado que após mobilizações e organização dos afetados, e a instalação de processos de consulta e diálogo, soluções técnicas e econômicas socialmente mais justas e mais econômicas foram encontradas e negociadas entre todos os interessados.

É óbvio que neste processo alguém (ou algum setor da economia) pode ter perdido. Especuladores imobiliários, empreiteiras etc podem ter tido seus ganhos diferidos e alguns segmentos populares obtido algum ganho.

Mas, de forma agregada e com vistas ao futuro, o que parece ficar cada vez mais evidente é a inviabilidade do modelo de “desenvolvimento” urbano. Não se pode perder de vista que os reassentamentos compulsórios (ou quase) se deveram a realização de obras que (mesmo tardiamente) visam melhorar a “mobilidade urbana”, a circulação de pessoas e mercadorias. São obras que (independentemente da Copa) visam reduzir os custos de transação e reprodução para gerar maiores ganhos que, seguramente servirão – naturalmente – para reproduzir a desigualdade e a pobreza.

Não se trata aqui de negar alguns ganhos na qualidade de vida das pessoas; mas qualquer um sabe – com certeza – que este modo de vida urbano é inumano, inviável, é insustentável;

Água e Meio Ambiente

Sendo a maioria das obras e dos investimentos realizados em áreas metropolitanas, o impacto ambiental (nas condições naturais) é obviamente pequeno. Ainda assim na divulgação do evento se propalou que ele seria “verde”, de “baixo carbono”, “zero emissão” etc. Se pretendia também aproveitar do evento para divulgar e expandir o turismo ecológico.

Havia também uma previsão inicial, anunciada em 2011³, para “investir R\$ 668 milhões em 26 parques federais e em 21

estaduais e municipais, em uma parceria entre os Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo”. No início de 2013, o número de parques foi reduzido para 16 no entorno das 12 cidades-sede da Copa do Mundo. No final das contas menos de 20% dos investimentos previstos foram efetivamente realizados nestes parques.

Em Manaus se observou que “durante as obras de ampliação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, por exemplo, uma das nascentes do Igarapé da Água Branca, localizado no bairro Tarumã, zona Oeste de Manaus, foi soterrada. Áreas de vegetação nativa também foram suprimidas”.⁴ A razão dada pelo INFRAERO foi que esta ação era menos impactante do que a alternativa que suporia a remoção de várias famílias. Em Pernambuco, o impacto foi mais amplo e afetou inclusive áreas agrícolas (e de mata atlântica) adjacentes ao estádio.

Mais uma vez é importante notar que obras urbanas (ou metropolitanas) mesmo quando não impactam de forma grave diretamente a flora e fauna, ou não provocam alterações significativas na biodiversidade geram mudanças importantes no ciclo da água. Ampliam áreas impermeabilizadas, geram pressões adicionais de consumo (humano e industrial) em algumas situações onde já existe stress hídrico. Como o stress hídrico tem sido a tônica das grandes cidades... esse é um problema que os governos cismam em repassar aos futuros governantes, comprometendo sempre o lado mais fraco da população que vai sofrer, cada vez mais, com a falta de água! Em outras palavras, o padrão de urbanização (e seu fortalecimento por meio de obras de “melhoria”) entra em conflito com a utilização das possibilidades ofertadas pela natureza ou da oferta de bens naturais que, posteriormente, irão afetar diretamente as populações que ali vivem.

COPA DE VIOLAÇÕES

Por Maria Amália Souza

Diretora-executiva do Fundo Socioambiental CASA

<http://fundocasa2014.wordpress.com/>

Artigo reproduzido de: “O Dia” em 22/06/2014

Rio - A realização da Copa do Mundo no Brasil marcará para alguns a celebração máxima do futebol e, para muitos, especialmente as populações mais pobres, a contagem de perdas materiais imensas e violência além da conta. As violações de direitos humanos para que os jogos aconteçam incluem o direito a moradia, os impactos ambientais e a arbitrariedade no tratamento das populações afetadas nas periferias das cidades-sede e nas regiões do entorno turístico, modificando a vida de

indígenas, quilombolas e caiçaras.

As arbitrariedades que ocorreram no processo de preparação do Mundial se refletem em outras instâncias da sociedade. Vê-se uma relação direta entre o enriquecimento das instituições financeiras e a diminuição do Estado de Direito em todas as áreas sociais e ambientais.

As remoções da Copa incluem violações de direitos humanos que copiaram o modelo nazista de se marcar uma casa num dia para demolir no outro. Faz-se uso da Força Nacional para

³Ver: <http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,parques-da-copa-ficam-na-promessa,1520376>

⁴ Cfr: <http://apublica.org/2014/02/manaus-na-copa/>

aterrorizar povos indígenas que não concordam que suas terras sejam inundadas por hidrelétricas. Criam-se emendas constitucionais que diminuam áreas protegidas dos nossos ricos e únicos ecossistemas para viabilizar obras. Todos direitos constitucionais garantidos sendo violados diariamente, e a lista só cresce.

O que menos há nesse processo é democracia, mas, por conta da solidariedade, as pessoas não se calam. Mais de 200 mil famílias ameaçadas ou que foram removidas não se sentiram abandonadas, lutando pela própria sorte. Isso fez com que algumas comunidades, antes fadadas ao anonimato, conseguissem projetar suas reivindicações, muitas atendidas, outras mitigadas, em geral conquistando a simpatia da sociedade através de histórias tocantes de resistência, de não se entregar sem demandar o cumprimento de leis e convenções

internacionais que lhes garantem direitos que estão sendo ignorados pelas autoridades.

Se há um legado positivo da Copa, é a curiosa e inesperada aquisição de consciência do poder cidadão, da negociação, da união de setores diversos da sociedade por reivindicar direitos. Criou-se uma opinião informada e crítica sobre um evento nunca antes questionado pela grande massa da população brasileira. Nada justifica a forma com que os cidadãos estão sendo tratados, mas resta o consolo de saber que as vozes das pessoas afetadas estão e continuarão sendo ouvidas, mostrando a real face desta Copa de violação de direitos que foi e está sendo executada, o que começa a afetar nossa imagem internacional como país enganosamente moderno e democrático.

COPA SOTERRA IGARAPÉ EM MANAUS

Por Carolle Alarcon

Movimento Ficha Verde - Manaus/ AM

Em Manaus, como em muitas outras cidades do Brasil as obras e investimentos da Copa se limitaram a construção dos estádios. E só. Os investimentos previstos para as obras de mobilidade urbana, incremento da rede hoteleira, revitalização de áreas degradadas e melhorias no transporte público da cidade foram abandonados ao longo do caminho.

Obras desse cunho, vale enfatizar, são de extrema necessidade em uma cidade como Manaus com precários sistemas de transporte público e quase ausência de planejamento urbano.

Um dos casos mais emblemático da Copa é o monotrilho. A princípio estava previsto entre as obras de responsabilidade da Copa e depois foi transferido pelo governo do Amazonas para as obras previstas no PAC da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades. De toda forma, por um ou por outro a obra não tem previsão de sair do papel, pois conta com uma ação do MPF, pela existência de irregularidades quanto a definição dos investimentos.

Além do monotrilho havia também o BRT, aqueles corredores exclusivos de ônibus, que deveriam estar interligadas com o monotrilho, mas que vem sendo questionado pela população por ter sido criado sem levar em conta o fluxo real do trânsito na

cidade, trazendo ainda mais congestionamentos.

Há ainda o caso do aterramento de uma das nascentes do Igarapé da Água Branca, um dos poucos igarapés limpos de Manaus, e que acabou sendo soterrado durante a reforma do aeroporto Internacional Eduardo Gomes. Mais um descaso com a questão ambiental que vai afetar, seguramente, o abastecimento de água na cidade, e que, diga-se de passagem, já é precário na atualidade.

Sem falar das zonas mais afastadas do centro que ao longo da Copa tiveram o abastecimento de água e luz comprometido por diversas vezes.

Uma coisa, no entanto, é fato! A arena da Amazônia é linda, o centro de Manaus charmoso, o brasileiro louco por futebol e os amazonenses um povo receptivo e caloroso. É isso que fica para os ingleses, italianos, americanos, camaronenses, hondurenhos, suíços, croatas e demais estrangeiros que passaram por aqui.

O que será feito com o estádio depois dos quatro jogos da Copa e com a falta de seriedade na aplicação de recursos e políticas públicas, é algo que apenas a população de Manaus irá conhecer...

SEGURANÇA ALIMENTAR, MEIO AMBIENTE E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

*Por Andrea Steiner,
Voluntária da ASPAN ¹
Professora adjunta da UFPE*

Quando os estudos sobre segurança internacional começaram a se intensificar em meados do século XX, utilizava-se um conceito tradicional de segurança, centrado no Estado e com ênfase na soberania e na integridade territorial. Ou seja, as maiores ameaças eram tidas como externas aos países.

Tal conceito começou a ser questionado na década de 1980, adequando-se às mudanças no cenário internacional. Pois com a maior interdependência entre os Estados e a crescente complexidade dos problemas globais, passou a se estudar diferentes “seguranças”, como a segurança ambiental, a econômica, a social e a alimentar, além da militar é claro.

Neste contexto e com o aumento populacional, maior atenção passou a ser dada a questões relacionadas à segurança alimentar planetária. Porém, o tema nem sempre é tratado em toda sua complexidade, e frequentemente é ignorada sua relação com outras problemáticas, como a segurança ambiental.

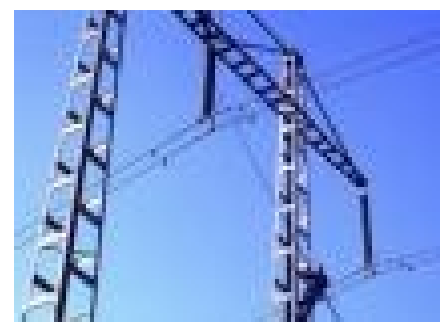
Obviamente o meio ambiente é a fonte de nossa alimentação, fornecendo vegetais e animais para nosso consumo, bem como os serviços ambientais necessários à produção dos alimentos. Outros pontos são menos óbvios, como a variabilidade genética disponível para prover, naturalmente, espécies mais resistentes a pragas e possibilitar o aumento da performance dos cultivares. Infelizmente, das cerca de 40.000 espécies utilizadas atualmente na dieta do ser humano, de apenas 20 delas derivam 80% do que ingerimos mundialmente.

Outro problema é o da desconexão, ou de uma falsa percepção de desconexão. Fritjof Capra já dizia na década de 1970 que a crise ambiental é, na verdade, uma crise de

percepção. Afinal, apesar de estarmos intrinsecamente ligados ao meio todo o tempo, há uma crescente percepção de separação. No campo alimentar, isso se traduz em uma população com cada vez menos conhecimento acerca de onde vêm, como são produzidos e o que contêm os alimentos ingeridos corriqueiramente. Tal desconhecimento é perigoso não apenas para a saúde individual, mas também para a saúde do meio ambiente como um todo.

Um exemplo é o das excitoxinas, substâncias contidas em certos adoçantes artificiais e em realçadores de sabor como o glutamato monossódico, que podem causar danos ao sistema nervoso, entre outros problemas graves. Porém, a maioria da população brasileira desconhece o risco que corre, em longo prazo, ao ingerir tais substâncias (e as utilizam, inclusive, na alimentação dos filhos pequenos). Em um nível mais macro, poderíamos citar os danos ambientais causados pela produção em massa de alimentos repletos de substâncias artificiais como essas, como a poluição das águas.

Felizmente, além do crescente número de problemas ambientais, nas últimas décadas pudemos observar um aumento no número de acordos internacionais que lidam com essa questão e suas interconexões. Considerando a interface entre saúde ambiental e alimentar, podemos citar a Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs). Também chamada de Convenção de Estocolmo, este tratado entrou em vigor em 2004 a fim de tentar eliminar a produção, importação e exportação dos POPs, que acabam por contaminar, por exemplo, aquele que deveria ser o alimento primordial do ser humano dos seus primeiros anos: o leite materno.



¹ Associação Pernambucana de Defesa da Natureza = 35 anos em defesa da Vida!

A Luta pela Democracia Participativa nas Cidades - O exemplo de Recife

Maurício Laxe

Coordenador da ONG ECOSBRASIL- PE

Coordenação Nacional do FBOMS

Uma importante e inédita batalha política, de caráter urbano-ambiental vem ocorrendo há mais de um mês na cidade do Recife, desde que vieram à público, graves denúncias sobre um processo de privatização, de uma das mais importantes áreas públicas e históricas desta capital nordestina.

Esta grande área existente no centro da cidade, onde existe um conjunto de galpões, armazéns e o antigo terminal ferroviário de Pernambuco, conhecido como Cais José Estelita, está sendo alvo de uma grande polêmica, que veio à tona quanto numa madrugada no fim do mês de maio, um Consórcio de Empresas Construtoras denominado de “Novo Recife”, começou, abruptamente, a demolição de edificações históricas existentes no local, para construção de um Empreendimento Imobiliário e um novo bairro fechado e elitista.

Este empreendimento prevê a construção de doze grandes torres de Edifícios residências e empresarias, numa área de 10 hectares. O mais absurdo é que ao final deste mesmo dia, a Prefeitura do Recife havia emitido, silenciosamente, uma autorização para que as Construtoras pudessem demolir toda a área, mesmo o empreendimento estando há mais de dois anos “sub judice”, já com cinco processos em tramitação, tanto na justiça federal, como estadual.

Diante deste cenário de ilegalidade, o mais incrível e salutar aconteceu na mesma madrugada, quando, com a ajuda da internet, deu-se início um grande processo de mobilização social, fazendo com que parte da população do Recife, principalmente jovens, professores, advogados, ambientalistas e grupos politizados do Recife, fossem para a área, ocupando-a por inteiro, inclusive paralisando as máquinas que já começavam a destruição das edificações.

Esta importante mobilização social acabou impedindo as demolições, fazendo com que na manhã do dia seguinte, o IPHAN fizesse o embargo da demolição, que atentava contra o patrimônio e a memória da cidade. Este importante movimento social ficou conhecido como **#Ocupe Estelita**.

Na verdade, todos devem estar atentos para o fato serem vários os processos semelhantes de privatização de nosso patrimônio público, histórico ou natural, que estão ocorrendo nas nossas áreas urbanas, sempre de maneira autoritária e silenciosa, em todas as grandes cidades do Brasil. Por trás disso, está a força do capital das construtoras locais, que aliadas aos políticos de plantão no executivo municipal, apropriam-se pouco a pouco das áreas públicas que ainda existem em nossas cidades, sempre sem transparência e sem qualquer participação social.

Na raiz deste problema está a frágil e velha legislação que trata do patrimônio público nacional e estão as escusas parcerias firmadas entre grupos empresarias e políticos, no velho estilo do “toma lá, dá cá”, que começa com as grandes contribuições financeiras, que as empresas privadas sempre fazem para as campanhas eleitorais, mas cujas contas acabam

sendo pagas, na forma de alterações de leis urbanas e ambientais na calada da noite e na celeridade da aprovação dos seus projetos, tudo sobre um pacto de interesses e de dissimulação das autoridades locais. Sem a revisão da legislação que trata do nosso patrimônio público e sem uma reforma política de verdade, este cenário pouco deverá mudar.

A novidade contra esta reprodução contemporânea das Capitânias Hereditárias, onde quem tem dinheiro e é amigo do Rei, tem fácil acesso a terra e informações privilegiadas, para obtenção de lucros e rendas, são as Redes Sociais. Foi isso que possibilitou o fortalecimento deste novo fenômeno político, urbano e socioambiental no Recife, o **“#Ocupe Estelita”**, que deve servir de exemplo para o fortalecimento das lutas pela reforma urbana, pela preservação ambiental e pela democratização dos espaços urbanos.

Os ventos que sopram da terra dos altos coqueiros, que é Pernambuco, chega a ser animador e deve ser reproduzindo pelos movimentos sociais e ecológicos nos demais municípios e estados brasileiros. Está em jogo a boa luta democrática, por direitos urbanos e socioambientais. É necessário colocarmos em prática, a velha máxima ambiental, **pensar globalmente e agir localmente**.

Após 25 anos de redemocratização política no Brasil é chegada a hora de lutarmos pela ampliação dos processos democráticos nas nossas cidades, de avançarmos na busca de um planejamento urbano, participativo e transparente, com amplo controle social, associado ao fortalecimento das instâncias colegiadas e setoriais, voltadas à participação social nas políticas públicas.

Inclusive, uma das boas iniciativas políticas pró-ativas nesta mesma direção, foi o recente Decreto 8243/14, publicado pelo Governo Federal, que cria a Política Nacional de Participação Social. Infelizmente este decreto está sendo vergonhosamente atacado pelos setores mais conservadores da política brasileira, e isso não vem sendo difundido pelos meios de comunicação, o que realça o medo que os donos do capital têm do povo e da participação popular.

Por todo este cenário e pelos exemplos que emanam do Recife, devemos urgentemente colocar na pauta dos movimentos sociais e OSCs, este debate por uma maior democratização das Políticas Públicas urbanas de nossas cidades, só o legislativo local não é suficiente. Temos desde já, de avançarmos da democracia representativa para a democracia participativa.

Por isso devemos bradar em alto e bom tom, “Abaixo a Ditadura das Construtoras nos nossos Municípios”. Portanto, saudarmos iniciativas populares como o #Ocupe Estelita, pois é hora do povo “Ocupar as Cidades”.

Direitos Urbanos Já!

Pós Copa – desafios para um novo País

Por Francisco Iglesias

Presidente da ASPOAN e

Membro da Coordenação Nacional do FBOMS

Enquanto a bola rola no gramado, hordas de visitantes nos invadem para torcer por seus times e o povo vai sofrendo com uma seleção de pouco futebol. É fácil medir a insatisfação dos brasileiros com a Copa do Mundo e a seleção nacional, basta observar o percentual de carros com a bandeirinha do Brasil, é um número extremamente reduzido diante do que era nas outras copas.

Além disso, tem um outro dado interessante que aparecem nas pesquisas eleitorais: o grande número de votos indefinidos e brancos e nulos que é muito alto! Na última pesquisa feita para medir a satisfação dos brasileiros com a Copa do Mundo, no início de junho, 61% dos brasileiros estavam insatisfeitos com a Copa no Brasil.

Quem pagou pela realização da copa não foi o poder privado, e sim o pode público, ou seja, contribuintes e a cidadania. Em todo quadro de obras que foram financiadas pelo dinheiro federal e estão sendo pagas pelo dinheiro estadual e municipal, não houve nenhuma que tivesse sido feita com um planejamento sistematizado e submetido à discussão popular. A população não foi ouvida em nenhum momento sobre as obras propostas que seriam, posteriormente, o legado da copa do mundo, a maioria das obras de efeito duvidoso pela falta de inserção na problemática urbana, principalmente na questão de mobilidade.

Nossa república ainda é a velha república dos velhos coronéis que mandam e desmandam e fazem o que querem com os recursos que seriam do povo e, na verdade, o povo deveria decidir os destinos destes recursos.

É necessário radicalizar a democracia, fazendo uma profunda reforma política e estabelecendo mecanismos de consultas nas mais amplas áreas junto à população, com plebiscitos para escolhas de investimento de altos custos, com amplo debate sobre estes investimentos através dos meios de comunicação e com a possibilidade de votação inclusive pelos meios eletrônicos como internet, sobre se deveriam ser feitos ou não.

Temos um longo trajeto para chegarmos a uma democracia que realmente espelhe o povo brasileiro, mas é a única saída, não existe outro sistema político suficientemente para atender ao processo político necessário, transparente e representativo.

Temos também que democratizar o poder judiciário, que é o poder mais desconectado do povo. Os magistrados do STF e do STJ e dos Tribunais Estaduais deveriam ser eleitos pelo povo, para criarem compromissos com o povo, não com os que estão provisoriamente estabelecidos no poder.

Impressionante a repressão durante a copa contra as manifestações, a ação truculenta das PMs estaduais coibindo qualquer tipo livre expressão da população e de grupos organizados. Um verdadeiro retorno aos círculos da ditadura. Coibir excessos e violência é uma coisa, mas proibir a manifestação do contrário, da divergência é inaceitável. Padrão Fifa de repressão!

Também merece destaque especial o silêncio da mídia, que simplesmente se anestesiou com o evento e não cobriu as divergências e manifestações. Democratizar os acessos aos meios de comunicação de massa é uma meta para mudar o Brasil.

No pré-copa tivemos sérios problemas com desapropriações absurdas e remoções que atingiram em torno de 170 mil pessoas. Houve muitas lutas no país para reduzir este tipo de crime governamental. Não houve a compensação devida a estas pessoas atingidas, nem sequer foram consultadas.

Tivemos realizações de obras totalmente desnecessárias como, por exemplo, um novo aeroporto para cidade de Natal. A um custo de mais de 600 milhões de reais.

O pós-copa pode ser uma oportunidade de gerar uma grande experiência democrática e participativa, com uma profunda consulta popular sobre os efeitos da mesma, os pontos negativos e positivos, mas para isto acontecer é preciso mobilizar e lutar, porque as elites dominantes, principalmente a política não cederá seu poder tão facilmente, lutar dentro dos processos democráticos onde cada conquista é lenta, mas permanente.

A Copa está aí rolando no gramado, ela já aconteceu, então é preciso compensar os brasileiros de todo seu efeito negativo, mas de uma nova forma, garantindo aquilo que não houve na Copa. Os removidos deveriam ser regamente compensados, com habitações próximas de suas áreas originais, com desapropriação de grandes áreas que servem à especulação imobiliária e assentados ali, com imóveis de padrão elevado e com toda infraestrutura, o povo deveria ser compensado realmente com a tarifa zero para transporte público e com o melhor transporte do mundo privilegiando o transporte de massa, ciclovias e locomoção dos pedestres, serviços públicos de alta qualidade, equipamentos urbanos idem, políticas universais realmente eficientes de saúde, educação e moradia.

O processo de delegação da representação aos políticos esgotou este tipo de modelo, a escolha não significa uma carta branca, é preciso aperfeiçoar o modelo político, para que o bem-comum seja o objetivo principal daqueles que laboram na área política, abandonando as vaidades, os orgulhos, os interesses familiares, os interesses escusos.

O pós-copa exige uma auditoria profunda na forma com que foram aplicados os recursos, com ampla participação do Ministério Público nesse processo e com a garantia de acesso às informações para a população.

Dizemos agora: queremos um País justo humano e ecologicamente sustentável. Temos o desafio de construir novas relações políticas com ampla transparência e participação popular. A Copa mostrou que a cara do Brasil é outra, que o povo não é subserviente e ignorante, mas que sabe o que quer para o País. E isto é uma lição nova para mudarmos esse País!

Por uma abordagem crítica da Copa 2014

*Fernando Oliveira e André Gianocari
Henfil Educação e Sustentabilidade
Coordenação Nacional do FBOMS*

Será que os jogos da Seleção Brasileira de Futebol anestesiaram a memória do país que há tão pouco tempo sacudiu a poeira e fez barulho por mudanças?

Desde 12 junho, a mídia massiva tem voltado sua atenção para as partidas que estão ocorrendo em “nossos estádios”, mas grandes manifestações continuam a acontecer em todo o Brasil, ainda que não televisionadas. Assim como manifestantes, cidadãos em desespero pela falta de atendimento em hospitais são histórias que não parecem interessantes para uma reportagem diante do “maior espetáculo da Terra”.

Ao contrário do que se pensa, milhares de pessoas não fazem a menor questão de ser a massa que grita “gol”. Para se ter ideia, segundo a ONG Ancop (Articulação Nacional dos Comitês Populares), nada menos que 250 mil pessoas foram desalojadas de suas casas para construção de estádios em todo o território nacional. Desse dígito, 89.200 moravam onde é hoje a Arena Corinthians, na cidade de São Paulo.

A entidade produziu um vídeo de aproximadamente dez minutos, no qual alguns membros da comunidade relatam ter havido violência policial durante a ação de despejo, além de descaso, despreparo e indiferença das autoridades para com a situação dos desalojados. Coerção também foi um recurso utilizado para que as famílias assinassem documentos que garantiram sua retirada em até 24 horas.

Este é apenas um pequeno exemplo de que a Copa do Mundo não é remédio para os repetidos problemas que o Brasil enfrenta há séculos: pobreza, corrupção, desrespeitos às minorias, má gestão do meio ambiente e mais uma série de itens que preencheriam uma lista capaz dar voltas ao redor do Congresso Nacional.

Um país para inglês ver

Todo brasileiro deveria avaliar sobre quem realmente desejou a Copa do Mundo no Brasil. O povo realizou campanhas, marchas, abaixo-assinados nas redes pedindo o evento? Ou ele surgiu como ferramenta propagandista de um projeto político coordenado? Caro leitor, seja franco e pergunte-se a respeito deste assunto. Veja se o desejo partiu verdadeiramente de você, ou se ele é uma necessidade que veio de fora.

Embora embalado pela propaganda, o povo de fato pouco vislumbrou a Copa do Mundo no Brasil em 2014. O que a população almeja é padrão de primeiro mundo na saúde, no transporte e na educação. Apenas isso.

Quando o país estiver bem estruturado, com todo o seu potencial em andamento, é que se poderá planejar atrações de grande magnitude, se não a ousadia vira vexame coletivo – vide a

abertura do Mundial, uma caricatura ridícula da cultura brasileira. Poderia ser bem melhor; podíamos ter passado sem aquilo.

Da mesma forma, poderiam ser preservados os empregos dos 61 metroviários demitidos pelo Governo Estadual um dia antes do início do Torneio, numa ação que demonstrou o peso do Programa de Qualidade da FIFA (Federação Internacional de Futebol), e o quanto se encontra enfraquecido o diálogo maduro e sensato mediante a pressão internacional. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) declarou que não irá readmitir estes trabalhadores devidamente concursados e que se houver novos rumores de greve, mais 300 funcionários estão no gatilho para deixarem seus cargos e tomarem o rumo da sarjeta. Jogo de cintura ou falta dele? Mas tudo em nome do padrão FIFA, afinal, trata-se da ordem e do progresso que os ingleses esperam ver, literalmente.

Enquanto isso, na Câmara...

Vereadores fazem pausa para um cafezinho entre uma discussão e outra, um momento agradável de breve confraternização, por vezes, com colegas de outras bancadas. Ar ambiente, cadeiras confortáveis, os cinco sentidos agradecidos pelo fino trato. Todo este cuidado só mesmo no interior da Câmara de Vereadores de São Paulo, pois, do lado de fora, as manifestações do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) seguiam na raça, interditando o Viaduto Jacaré e reivindicando a votação do PDE (Plano Diretor Estratégico), que vai garantir suas moradias na área conhecida como Nova Palestina, localizada na Zona Sul da Capital.

Uma semana depois, o PDE foi aprovado por 41 votos favoráveis a três contrários, celebrando a vitória da verdadeira Copa do Povo, inclusive com a conquista da área ocupada próxima à Arena Corinthians que, em princípio, não seria contemplada.

E assim segue-se o Mundial. Vamos torcer pelo Brasil e cultivar o sentimento de união, que deve existir, mas não pode anestesiarmos o povo, fazê-lo acreditar que agora o país é só Copa, porque não é. Somos muito mais do que um campeonato. Gostamos de festa, de alegria, temos paixão pelo carnaval e pelo futebol, só não aceitamos mais, sob qualquer hipótese, a corrupção. Afinal, tem hora que esse jeitinho brasileiro de fazer as coisas confunde o jogo, e o gol não acontece.

FÓRUM SOCIAL TEMÁTICO

ENERGIA PRA QUÊ? PRA QUEM? COMO?



O que é?

O Fórum Social temático - energia (FST-Energia) é um espaço de encontro de organizações e movimentos sociais que tem atuação vinculada à questão da energia no Brasil e no Mundo.

Ele atende à necessidade de refletirmos de forma ampla sobre os problemas criados pelas matrizes energéticas em uso no mundo, e a urgência da sociedade civil se mobilizar para mudarmos essa realidade!

Como funciona?

O FST-Energia se insere no processo do Fórum Social Mundial, que prevê a realização de mais de 40 Fóruns Sociais em 2014.

Ele segue, portanto, a Carta de Princípios do Fórum Social Mundial, e adota sua metodologia: as atividades nele realizadas têm todas a mesma importância e são autogestionadas, ou seja, propostas e organizadas pelos seus próprios participantes.

Como participar?

A participação pode ser individual ou como organização, mediante inscrição. Em ambos os casos será solicitada uma contribuição simbólica a ser paga no primeiro dia de Fórum.

O site (www.fst-energia.org) orienta quanto à inscrição de pessoas, organizações e atividades, e fornece informações e notícias sobre as questões tratadas no FST-Energia.

Atividades

As atividades a serem realizadas no Fórum podem ser de diferentes tipos: palestras, painéis, oficinas, debates, rodas de conversa, exposições, marchas, teatro, música, dança, poesia, artes plásticas e outras.

Assembléias de convergência: acontecerão no último dia, propostas pelos participantes, para concretizar articulações e encaminhamentos.

Encontro Final: será feita uma feira expositiva no Parque da Cidade com os participantes para apresentar resultados ao público do Distrito Federal

Informações úteis

O que: Fórum Social Temático Energia

Quando: 7 à 10 de Agosto

Onde: Universidade de Brasília, Brasília - DF

Como inscrever: através do site www.fst-energia.org

Contato: Telefone (**61 3447 8722**) - Email (fst.energia@gmail.com ou jeronimo.fst@gmail.com) - Site (fst-energia.org) - Facebook

(facebook.com/fstenergia)

- Twitter (twitter.com/FSTEnergia)

PARTICIPE!!! INSCREVA-SE!!!

Próximo “Resistência do FBOMS” será dedicado exclusivamente ao FST ENERGIA!!!

Apoio:



Fundação Grupo Esquel Brasil
Novas alternativas para o Desenvolvimento Sustentável

